

CORREIO PAULISTANO

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP



Prestação de contas atende à Lei de Responsabilidade

Câmara analisa metas fiscais dos primeiros quatro meses

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo promove na próxima quinta-feira (28) a Audiência Pública para avaliar as metas fiscais da capital paulista relacionadas ao 1º quadrimestre de 2026 (janeiro a abril). A prestação de contas, apresentada pela Secretaria Municipal da Fazenda, atende ao disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que a Prefeitura demonstre e avalie o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre do ano. Sancionada em 4 de maio de 2000 e mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar 101 é um importante instrumento de regulamentação das finanças públicas.

Transparência da gestão pública

O objetivo é garantir a transparência da gestão pública, estabelecendo prazos para a publicação de demonstrativos contábeis, o que acontece sempre até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro. Interessados no tema podem participar presencialmente da audiência. Também é possível se manifestar por meio de videoconferência ou envio de sugestões via formulário digital. O debate será transmitido ao vivo pelo Portal da Câmara.

Lucas Bassi / REDE CÂMARA SP



Reunião desta semana incluiu 12 projetos na pauta

Comissão de Educação e a greve

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes incluiu 12 projetos na pauta da reunião desta quarta-feira (20/5). Foram analisadas propostas que tratam, por exemplo, da concessão de títulos e honrarias, pedidos para inserir datas e eventos no calendário oficial da cidade e denominações de espaços públicos. Além da apreciação dos pareceres dos projetos, outros assuntos foram discutidos pelos parlamentares que integram o colegiado. O vereador Senival Moura (PT) sugeriu a criação de uma Subcomissão de Monitoramento e Acompanhamento do PME.

Plano Municipal de Educação

O PME - Plano Municipal de Educação é um planejamento válido por dez anos. O PME prevê diretrizes, metas e estratégias para guiar as políticas públicas educacionais na capital paulista. "A ideia é ampliar esse debate, é junto com as assessorias discutir um pouco mais, porque há assuntos importantes que serão fundamentais para todos nós até o final do ano", disse Senival Moura.

Fiscaliza PSIU I

A Prefeitura de SP encaminhou à Câmara um projeto de lei que propõe mudanças nas regras de fiscalização do Programa Silêncio Urbano (Psiu), responsável pelo controle de ruídos e pela apuração de denúncias de perturbação sonora na capital. A medida ainda depende de análise e votação.

Fiscaliza PSIU II

Segundo a administração municipal, a proposta busca tornar mais rígidos os procedimentos de fiscalização e reforçar mecanismos de punição para situações de descumprimento das normas relacionadas à emissão de ruídos. Objetivo é ampliar a capacidade de atuação de SP diante dos casos.

Fiscaliza PSIU III

O Psiu atua sobre atividades não residenciais, incluindo aqueles estabelecimentos comerciais, eventos, indústrias e obras, conforme regras previstas na legislação municipal. Atualmente, o programa já prevê etapas de fiscalização que podem incluir orientação, além de aplicação de multa e medidas administrativas.

Homenagem I

Mulheres que atuam na área da segurança pública de São Paulo receberam homenagens durante uma solenidade no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo. O evento foi promovido pelo vereador Adrilles Jorge (UNIÃO). A realização foi em parceria com os parlamentares Amanda Vettorazzo (UNIÃO) e Sargento Nantes (PP).

Homenagem II

A cerimônia "Guardiãs da Segurança Pública" reconheceu o trabalho de profissionais de diversas corporações, como policiais militar e civil, além de representantes do Corpo de Bombeiros, do Exército e da GCM (Guarda Civil Metropolitana). Em reconhecimento, a GCM Marisa Lemos recebeu o Voto de Júbilo do Legislativo.

Virada Cultural

A Virada Cultural terá uma Central de Reciclagem instalada no Largo Paissandu, na região central da capital paulista. A iniciativa irá reforçar a coleta seletiva e a destinação correta de resíduos gerados durante o evento, que será realizado neste fim de semana, além de promover geração de renda e inclusão.



Projeto precisa passar por segunda votação na Câmara

Vereadores votam novos salários para Guardas Cívís

Projeto do Executivo avança em 1º turno e segue tramitação

Da Redação

A Câmara de São Paulo aprovou, em primeira votação, o projeto que altera as tabelas de remuneração dos profissionais do quadro técnico da Guarda Civil Metropolitana (GCM). A proposta, encaminhada pela Prefeitura, foi analisada em sessão plenária e ainda precisará passar por nova apreciação antes de seguir para eventual sanção de Nunes.

O texto trata da revalorização dos vencimentos pagos pelo regime de subsídio aplicado à carreira da corporação. A votação ocorreu de forma simbólica no plenário da Casa e representa mais uma etapa da tramitação legislativa necessária para que as mudanças possam entrar em vigor.

Segundo informações apresentadas durante a discussão do projeto, a proposta está vinculada à política municipal de remuneração dos profissionais da segurança urbana e busca atualizar os valores praticados atualmente para os integrantes da Guarda Civil Metropolitana. O conteúdo específico das novas tabelas e os impactos financeiros da medida ainda deverão ser debatidos ao longo das próximas fases da tramitação.

Durante a sessão na Câmara, os parlamentares apresentaram posições divergentes sobre o alcance do projeto. Entre os argumentos favoráveis, houve defesa da atualização remunera-

tória como instrumento para fortalecer a carreira e ampliar a atratividade do serviço público municipal. Já entre os posicionamentos contrários, foram levantadas preocupações sobre os efeitos práticos da proposta e sobre pontos que poderão ser discutidos antes da segunda votação, que é a definitiva.

Portanto, a aprovação em primeiro turno não encerra o processo legislativo. Conforme as regras da Câmara paulistana, projetos que tratam de temas dessa natureza precisam retornar ao plenário para nova deliberação. Somente após a conclusão dessa etapa o texto poderá ser encaminhado ao Executivo municipal.

A Guarda Civil Metropolitana integra a estrutura de segurança urbana da capital paulista e atua em atividades de proteção de equipamentos públicos, apoio a ações de fiscalização e atendimento em diferentes regiões da cidade. Alterações na estrutura de remuneração da categoria costumam ter impacto direto na organização da carreira e na política de gestão de pessoal do município.

Com a aprovação inicial, o projeto segue agora para continuidade da tramitação na Câmara Municipal de São Paulo, onde poderá receber novos debates e eventuais ajustes antes da decisão final na segunda votação dos vereadores.